DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v4i6.591>

2. A ESTABILIDADE SOCIAL EM *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*: *UM DIÁLOGO ENTRE ALDOUS HUXLEY E JOHN RAWLS*

2. SOCIAL STABILITY IN BRAVE NEW WORLD:
DIALOGUE BETWEEN ALDOUS HUXLEY AND JOHN RAWLS

Guilherme de Oliveira Feldens¹

Resumo. O presente artigo objetiva contrapor criticamente a estabilidade social apresentada na distopia *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley com a sociedade bem-ordenada descrita por John Rawls, aprofundando a ideia de “estabilidade social pelas razões corretas” presente na obra do filósofo norte-americano.

Palavras-chaves. Democracia. Justiça. Liberdade.

Abstract. The article aims to confront social stability presented in dystopia *Brave New World* by Aldous Huxley with well-ordered society described by John Rawls, deepening the idea of "social stability for the right reasons" present in the work of the American philosopher.

Key-words. Democracy. Justice. Freedom.

1. Introdução.

A obra de Aldous Huxley *Admirável mundo novo* foi concebida às vésperas da Segunda Guerra Mundial, prevendo, entre diversas questões políticas, os aspectos desumanizadores do progresso tecnológico e científico. A distopia apresentada na obra do autor reflete os usos de estratégias políticas de controle social e subjetivo das pessoas visando a estabilidade social. Nesse contexto, o livro descreve uma sociedade dividida em castas, com comportamentos padronizados destinados a produção e consumo desenfreado combinados com um condicionamento psicológico voltado exclusivamente para o alcance do maior nível médio de felicidade da população.

¹ Mestre em Direito, Doutorando em Filosofia, Professor das disciplinas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado e Teoria Geral do Direito, no Cesuca. Advogado. E-mail b2ico@hotmail.com

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax: (51) 33961000 | e-mail: cesuca@cesuca.edu.br

Uma rápida visualização no texto de Aldous Huxley permite contrapor a sociedade futurista do Admirável mundo novo com a sociedade bem ordenada descrita por John Rawls em *Uma teoria da justiça* e *Liberalismo político*, já que a estabilidade social presente na obra literária de Huxley é extremamente contrastante com a sociedade bem ordenada desenvolvida pelo filósofo norte-americano.

2. O embate de Rawls com a ética utilitarista: um paralelo com a prioridade da felicidade na Distopia de Huxley

O principal objetivo, mencionado por Rawls, no decorrer de todos os capítulos de *Uma teoria da justiça*, é apresentar uma alternativa ao utilitarismo clássico², considerado por ele insuficiente para responder às demandas da sociedade e servir de fundamento para instituições de uma democracia constitucional, pelo fato de reconhecer a prioridade relativa de princípios e direitos. Assim, trata o autor de estabelecer os contrastes entre o utilitarismo clássico (Bentham, Sidgwick), que possibilitaria o sacrifício da liberdade e direitos de alguns em nome do saldo geral de satisfações da sociedade, desconsiderando as questões relativas à justiça distributiva; e a *justiça como equidade* que impõe a prioridade de uma liberdade igual para todos e preocupa-se com as desigualdades sociais e econômicas.

A justiça como equidade apresentou-se, portanto, como uma alternativa para a doutrina utilitarista, estipulando que todos os cidadãos possuem uma inviolabilidade fundada na justiça, sendo que, dessa forma, não é permitida a perda da liberdade de alguns em razão do bem-estar maior da sociedade. Os direitos assegurados por essa teoria não estão, assim, sujeitos a nenhuma espécie de negociação política nem a interesses sociais (Rawls, 1980, p. 5). Para Rawls a sociedade utilitarista não pode ser atingida mediante sacrifícios da liberdade e da igualdade de oportunidades.

² Segundo Rawls (1997, p. 35; 1980, p. 32), ao estabelecer essas diferenças entre a justiça como equidade e o utilitarismo, deve-se pensar apenas na doutrina clássica: “trata-se da visão de Bentham e Sidgwick e dos economistas utilitaristas Edgeworth e Pigou. O tipo de utilitarismo adotado por Hume não serviria para o meu propósito; a rigor, não é realmente utilitarista. Em suas famosas demonstrações contra a teoria do contrato de Locke, por exemplo, Hume sustenta que os princípios de fidelidade e obediência estão ambos fundamentados na utilidade, e que portanto nada se ganha quando se baseia a obrigação política num contrato original. A doutrina de Locke representa, para Hume, uma complicação desnecessária: podia-se muito bem apelar para a utilidade. Mas tudo que Hume parece querer dizer com utilidade é o conjunto geral de interesses e necessidades da sociedade. Não há menção alguma aos ganhos de alguns superando as desvantagens de outros.”

O utilitarismo é uma teoria teleológica, voltada aos objetivos a serem alcançados, colocando a utilidade, ou seja, tudo que serve à vida e à sua conservação, mediante um acréscimo de felicidade e bem-estar, como valor supremo da ação moral³. O utilitarismo clássico adota o princípio hedonista segundo o qual a finalidade da vida humana é a felicidade, baseando-se no princípio da utilidade o qual determina que uma ação é aprovada na medida em que a tendência que ela tem de aumentar a felicidade for maior do que qualquer tendência a diminuí-la⁴. Assim, segundo a ética utilitarista, o princípio da maior felicidade estabelece que as ações praticadas devem ser capazes de trazer a máxima felicidade para o maior número possível de indivíduos.

Dessa maneira, a justiça deve também estar submetida ao princípio da utilidade, impondo que a sociedade estará bem ordenada quando as instituições estiverem planejadas com o objetivo de possibilitar o maior saldo líquido de satisfação de seus membros. A ideia de justiça fica completamente submetida à ideia de felicidade, e para que ela se efetive é necessário que o resultado das ações humanas produzam a maior felicidade entre os homens. Ao atribuir essa importância exclusiva ao bem-estar coletivo, o utilitarismo não exclui a possibilidade da transgressão e da violação de direitos fundamentais, já que a limitação coercitiva das liberdades individuais por parte do Estado pode ser considerada como justificada na medida em que se promove o maior bem-estar ou felicidade da coletividade a ele submetida⁵.

Tendo como objetivo fundamental a busca do maior bem-estar de todos, os utilitaristas acreditam que, da mesma maneira que um homem maximiza a realização de seus desejos, também é possível que uma sociedade maximize os seus saldos em relação

³ Para Bentham (1984, p. 3), “a natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.[...] O princípio da utilidade reconhece essa sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atitude razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz”.

⁴ Para Mill (1961, p. 33) “o credo que aceita a utilidade, ou Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, e erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação de prazer.”

⁵ Van Parijs explica que (1997, p. 16) “para o utilitarismo, as questões fundamentais da filosofia política – o que devemos fazer de nossa sociedade? Qual é o critério que deve reger nossas decisões coletivas? Qual a natureza de uma sociedade justa? – não podem ser resolvidas pela submissão a preconceitos, a um pretenso direito natural, aos interesses particulares de tal ou qual grupo. Para resolvê-las, é preciso apelar para uma análise objetiva, científica, neutra para as prováveis consequências das diferentes opções possíveis, mas com a preocupação de descobrir e escolher a opção que permitiria reduzir tanto quanto possível os sofrimentos e aumentar, ao contrário, o prazer, ou de modo mais amplo, o bem-estar dos membros da sociedade em questão – ou de toda humanidade”.

a todos os membros. Assim sendo, o mais racional para a sociedade é adotar os mesmos princípios escolhidos por um único indivíduo, o observador imparcial. Uma sociedade justamente ordenada seria aquela que fosse aprovada por este espectador imparcial e racional que possui um conhecimento geral da realidade. Como consequência, a solidariedade não tem espaço nessa concepção de justiça, não importando de que forma serão distribuídos os benefícios, seja de maneira igual ou desigual, pois a distribuição correta ou incorreta estará justificada se o saldo de satisfações for elevado.

Dentro desse contexto, o utilitarismo possibilita a priorização dos interesses de uma maioria ou de um grupo mais influente, reduzindo o direito e as expectativas daqueles que não pertencem ao grupo, além de fazer com que eles aceitem as condições impostas pelos mais favorecidos. Assim sendo, o único objetivo da justiça será atingir o saldo máximo de satisfações, justificando-se a violação da liberdade de alguns como um “mal necessário”, pois tudo está justificado na medida em que se atinge um máximo de bem-estar ou felicidade para a coletividade.

Segundo Rawls, há um modo de ver a sociedade que facilita a grande aceitação do utilitarismo, pois da mesma maneira que um indivíduo contrapõe suas vantagens e perdas, a sociedade também pode avaliar e contrabalançar as satisfações e insatisfações entre diferentes indivíduos. Dessa forma, atinge-se a defesa do utilitarismo de uma forma natural, pois o princípio da escolha para uma sociedade é visto como a extensão do princípio da escolha de um único cidadão, e, conseqüentemente, entre a prioridade e defesa da liberdade e o bem-estar geral da coletividade, escolhe-se o segundo.⁶

Conforme anteriormente exposto, a teoria da justiça de Rawls opõe-se ao utilitarismo, por postular a inviolabilidade do indivíduo, bem como a importância de seu bem-estar para a sociedade. Se o utilitarismo visa ao bem-estar da sociedade como um todo, aceitando violações a determinadas esferas de direitos dos indivíduos, a teoria rawlsiana propõe, por sua vez, o aspecto contrário: o bem-estar do indivíduo, de acordo com as suas liberdades básicas.

⁶ Segundo Rawls (1997, p. 26; 1980, p. 23), esse modo de ver a sociedade é aceito, “uma vez que o princípio para um indivíduo consiste em promover na medida do possível seu próprio bem-estar, seu próprio sistema de desejos, o princípio para a sociedade é promover ao máximo o bem-estar do grupo, realizar até o mais alto grau o abrangente sistema de desejos ao qual se chega com a soma de desejos de seus membros. Exatamente como um indivíduo avalia vantagens presentes e futuras com perdas presentes e futuras, assim uma sociedade pode contrabalançar satisfações e insatisfações entre diferentes indivíduos”.

Ao desenvolver a sua concepção de contrato social, Rawls busca afastar o utilitarismo por considerar que pessoas em condições de igualdade não aceitariam princípios que podem exigir o sacrifício de alguns em nome do aumento de soma de vantagens da coletividade⁷. Rawls alega que o utilitarismo não atribui valor intrínseco à igualdade, mas apenas valor instrumental, ou seja, que a igualdade somente será “boa” se elevar a média geral de bem-estar da sociedade. O utilitarismo, portanto, desfaz necessariamente esse viés igualitário ao permitir priorização do saldo geral da coletividade. Assim sendo, um dos principais objetivos da teoria de Rawls, ao se inserir na tradição contratualista, foi o de justamente estabelecer a necessidade do consenso no acordo original como fator legitimador dos princípios de justiça para garantir a marca da igualdade, característica das concepções clássicas.

Portanto, a teoria da justiça de Rawls procura, por meio da figura do contrato, sustentar que os princípios da justiça são decorrentes de um acordo consensual, evitando-se estender a toda a sociedade a escolha feita por um único indivíduo, conforme o modelo do observador imparcial do utilitarismo (Rawls, 1980, p. 29). Dentro dessa ótica contratual, não há razões para defender que princípios que terão como função regular toda uma série de relações em uma associação de seres humanos seja objeto de decisão de apenas um indivíduo, pois na última hipótese não seria possível criar princípios que, além de garantir as liberdades básicas dos indivíduos, garantissem a justa distribuição dos bens sociais primários.

A última das diferenças aqui mencionadas entre a teoria da justiça como equidade e o utilitarismo é a definição da primeira como uma teoria deontológica, que não interpreta o justo como maximizador do bem, enquanto que a segunda seria uma teoria teleológica. Fica exposto, então, a primazia da justiça sobre o bem. Segundo Rawls, se os indivíduos optam por princípios que garantam a liberdade e restrinjam as desigualdades econômicas e sociais, não há razão para sustentar que instituições justas maximizarão o bem (Rawls, 1980, p. 29). Os princípios de justiça terão precedência nos planos individuais, fazendo, portanto, que as pessoas aceitem conformar as suas concepções de bem e seus planos de vida com as exigências dos princípios de justiça,

⁷ Para Gorovitz (1979, p. 322), Rawls não apresentou apenas mais uma crítica ao utilitarismo, mas sim deu uma nova perspectiva moral alternativa, obrigando os defensores do utilitarismo a demonstrar a superioridade de suas teorias na comparação à teoria da justiça como equidade: “desta maneira, Rawls não meramente acrescenta um excelente trabalho à filosofia moral – ele alterou esta filosofia”.

não insistindo em atitudes que os violem, de forma que implicitamente aceitam enquadrar-se nos limites definidos por esses princípios.

Na distopia de *Admirável Mundo Novo* qualquer satisfação tem um valor em si, que necessariamente é levado em conta na decisão do que é justo. Dessa forma, a sociedade está organizada para a obtenção da maior soma de satisfações, independentemente da sua origem ou qualidade, fazendo com que não fiquem excluídos do saldo de satisfações desejos negativos como a privação de liberdade, discriminações etc.⁸ Assim, a sociedade apresentada por Huxley se contrapõe totalmente ao projeto rawlsiano, pois visa uma estabilidade através da coação e do controle de subjetividade, impedindo a existência de uma sociedade de cidadãos autônomos que primam pelo auto respeito e pela reciprocidade⁹.

3. A sociedade bem-ordenada em John Rawls: a estabilização pelas razões corretas

Rawls entra nas últimas partes de sua obra no tema da instauração de uma sociedade bem-ordenada por meio dos princípios, buscando a consolidação de uma comunidade política caracterizada pela cooperação e pelo senso de justiça (PEGORARO, 1995. p. 68). Assim, para o autor, uma sociedade organizada sob os princípios de justiça teria a concordância de todos e teria mais força e estabilidade que qualquer outra sociedade, aumentando a confiança dos cidadãos quanto à organização social e econômica, e promovendo a tolerância e o respeito entre todos (MERQUIOR, 1991. p. 207).

Isto se dá dessa forma, porque o conteúdo dos princípios de justiça é ilustrado a partir da descrição da estrutura básica de uma democracia constitucional, construída a partir de uma sequência em quatro etapas que define a aplicação dos princípios às instituições sociais (Rawls, 1980, p. 192). Assim, primeiramente, após o acordo sobre

⁸ Segundo Rawls (1997, p. 33; 1980, p. 30), “no cálculo do maior saldo de satisfações não importa, exceto indiretamente, quais são os objetos de desejo. Devemos ordenar as instituições de modo a obter a maior soma de satisfações; não questionamos a sua origem ou qualidade mas apenas o modo como a satisfação afetaria a totalidade do bem-estar. O bem-estar social depende direta e exclusivamente dos níveis de satisfação ou insatisfação dos indivíduos. Assim se os seres humanos têm certo prazer na discriminação mútua, na sujeição de outrem a um grau inferior de liberdade como um meio de aumentar a sua autoestima, então a satisfação desses desejos deve ser pesada em nossas deliberações de acordo com a sua intensidade, ou qualquer outro parâmetro, em comparação com outros desejos”.

⁹ Essa questão fica bem clara na seguinte passagem: “Nós os condicionamos de tal modo que eles se dão bem com o calor. [...] Nossos colegas lá em cima os ensinarão a amá-lo. [...] é o segredo da felicidade e da virtude: amar o que se é obrigado a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social a que não podem escapar. (HUXLEY, 2009, p. 19)

os princípios, os cidadãos escolheriam uma constituição que determine um sistema que contenha a estrutura do poder político e dos direitos fundamentais, respeitando primordialmente as liberdades fundamentais asseguradas pelo primeiro princípio. As exigências principais são as de que as liberdades fundamentais da pessoa e a liberdade de consciência e de pensamento sejam protegidas; e de que o processo político seja um processo justo (NEDEL, 2000. p. 73). Portanto, antes de uma justiça material exige-se uma justiça formal, igualitária e imparcial.¹⁰

A próxima etapa, etapa legislativa, é a que regulamenta a aplicação do segundo princípio de justiça, garantindo que as políticas econômicas e sociais se orientem para a maximização das expectativas dos menos favorecidos. Exclui-se dessa forma qualquer lei que favoreça os privilegiados ou que contrarie a ordem de respeito máximo à liberdade estipulada no primeiro princípio de justiça e formalizada na carta constitucional. Nota-se, que a prioridade do primeiro princípio sobre o segundo se reflete na prioridade da Constituição em relação ao estatuto legislativo (Rawls, 1980, p. 198). Dessa maneira, os princípios de justiça devem estar presentes no sistema jurídico, evitando a influência de interesses privados. A última etapa, na qual o véu de ignorância se encontra completamente extinto, é a da aplicação das regras aos casos concretos, realizada pelos juízes e autoridades administrativas. Assim sendo, os estágios apresentam-se em complementação à construção rawlsiana da posição original e do acordo original, com o objetivo de regulamentar a aplicação dos princípios de justiça.

Nota-se, ao longo de toda a obra, que seu pensamento apresenta dois pontos complementares e convergentes: primeiro, a capacidade dos cidadãos de formarem e racionalmente perseguirem uma concepção de bem na busca da felicidade pessoal, o que, contudo, não esgota o ser humano; segundo, o senso de justiça (Rawls, 1980, p. 503), ou seja, a capacidade de os cidadãos entenderem os termos da cooperação social e de agirem de acordo com eles e de instaurarem uma vida coletiva a partir de princípios de justiça para regular a estrutura básica da sociedade bem-ordenada por meio de uma ordem jurídica equitativa para todos.

¹⁰ Segundo Rawls (1997, p. 214; 1980, p. 197), “na busca desse ideal de justiça procedimental perfeita, o primeiro problema é projetar um procedimento justo. Para fazê-lo, as liberdades de cidadania igual devem ser incorporadas na constituição e protegidas por ela. Essas liberdades incluem a liberdade de consciência e de pensamento, a liberdade individual e a igualdade dos direitos políticos. O sistema político, que suponho ser alguma forma de democracia constitucional, não seria um procedimento justo se não incorporasse essas liberdades”.

Para Rawls possuir um senso de justiça é um bem fundamental para garantir a estabilidade em uma sociedade bem-ordenada. Através dele procura demonstrar a superioridade moral de sua teoria frente às concepções utilitaristas, já que com a implantação desses princípios na sociedade acaba ocorrendo a fusão dos interesses individuais com o interesse comunitário, desenvolvendo-se ainda mais o sentimento de cooperação. Dessa forma, a teoria rawlsiana seria, em seu entender, preferível a qualquer outra concepção de justiça, se for capaz de garantir a força desse senso de justiça ao longo do tempo.

Com a finalidade de garantir a força do senso de justiça social por tempo indeterminado, Rawls desenvolve o conceito de equilíbrio reflexivo. Segundo o Autor, a escolha dos princípios de justiça na posição original não se dá de maneira completamente desvinculada do mundo da vida, mas é feita, por meio da tradição da comunidade, por um senso de justiça refletido em “juízos ponderados”. Porém, muitas vezes, esses juízos ponderados contêm lacunas e contradições, devendo, por isso, ser confrontados com os princípios de justiça, que, por sua vez, recorrendo à experiência histórica, adquirem mobilidade, podendo adaptar-se a situações concretas da sociedade e do futuro. Assim, recorrendo à experiência histórica, os princípios universais são confrontados com os juízos ponderados de justiça, fazendo com que entre estes e aqueles haja um “equilíbrio reflexivo”.

Nas palavras de Rawls (1990, p. 21), o equilíbrio reflexivo

representa a tentativa de acomodar num único sistema, tanto os pressupostos filosóficos razoáveis impostos aos princípios, quanto os nossos juízos ponderados sobre justiça. No processo para atingir a interpretação mais adequada da situação inicial, não recorre à noção de evidência no sentido tradicional, seja a respeito das concepções gerais, seja a respeito das convicções particulares. Não pretendo que os princípios de justiça propostos sejam verdades necessárias ou que possam ser derivados desse tipo de verdade. Uma concepção da justiça não pode ser deduzida de premissas axiomáticas ou de pressupostos impostos aos princípios; ao contrário, sua justificativa é um problema da corroboração mútua de muitas considerações, do que ajuste de todas as partes numa única visão coerente.

Cria-se, portanto, uma situação de avanços e recuos entre os juízos ponderados e os princípios de justiça, resultando no ajustamento e correção de ambos.¹¹ Nessa situação, os indivíduos identificam facilmente os casos de justiça e de injustiça, pois há coincidência entre os princípios reguladores da sociedade, escolhidos no acordo original, e suas próprias convicções de justiça. Dessa maneira, os cidadãos, segundo Rawls, ao perceberem que vivem em uma sociedade justa, reforçam seu senso de justiça, fazendo com que aumente o desejo de manter as instituições dessa sociedade.¹² Dessa forma, Rawls pretende enfatizar as diferenças entre a justiça como equidade e o utilitarismo na regulação da sociedade, definindo-a como um sistema de cooperação regulado por princípios escolhidos numa posição inicial equitativa, e não como um modelo societário que visa maximizar a satisfação dos desejos.

Rawls demonstra, na parte final de *Uma teoria da justiça*, que, por meio da construção de uma justiça como equidade na sociedade, atinge-se a estabilidade social plena por meio do reconhecimento mútuo calcado nas disposições humanas de ordem psicológica, da tolerância e do reconhecimento público de um senso de justiça, que conduz os cidadãos à defesa de instituições justas.¹³ Assim, todos estes fatores elevam as pessoas à estabilização de uma sociedade que visa o bem comum, fazendo com que “a sociedade natural conviva com a sociedade erguida pelo contrato social” (PEGORARO, 1995. p. 87), objetivo máximo da teoria da justiça de Rawls.

Nos textos posteriores a *Uma teoria da justiça*, Rawls alegou a existência de inconsistências e de uma necessidade de fundamentação mais sólida quanto aos

¹¹ Rawls explica que (1997, p. 23; 1980, p. 20) “por meio desses avanços e recuos, às vezes alterando as condições das circunstâncias em que se deve obter o acordo original, outras vezes modificando nossos juízos e conformando-o com os novos princípios, suponho que acabaremos encontrando a configuração da situação inicial que ao mesmo tempo expresse pressuposições razoáveis e produza princípios que combinem com nossas convicções devidamente apuradas e ajustadas. A esse estado de coisas eu me refiro como equilíbrio reflexivo. Trata-se de um equilíbrio porque finalmente nossos princípios e opiniões coincidem; e é reflexivo porque sabemos com quais princípios nossos julgamentos se conformam e conhecemos as premissas das quais derivam”.

¹² Segundo Nedel (2000, p. 78), “com a implantação dos princípios de justiça na estrutura da sociedade, deverá acontecer inclusive mudança de motivação das pessoas: o interesse individual tende a fundir-se com o comunitário, fazendo exsurgir relações cooperativas. O desenvolvimento do ideal comunitário conduzirá a sociedade a uma significativa e ampla mobilidade social e a uma consequente redução considerável das desigualdades”.

¹³ Dentro desse contexto, Pegoraro afirma que (1995, p. 15) “a ética consiste no cumprimento da justiça. O retrospecto histórico acima esboçado mostra que a justiça tem um aspecto subjetivo (virtude moral do sujeito) e um aspecto objetivo (princípio da ordem social). Estes dois conceitos incluem-se mutuamente. O princípio da justiça precisa do apoio da virtude da justiça e vice-versa. Os cidadãos que subjetivamente cultivam o senso de justiça procuram transpô-lo numa ordem jurídica equitativa para todos. Numa palavra, a virtude e o princípio de justiça convivem e se fortificam mutuamente. Será quase impossível uma ordem jurídica justa se os cidadãos não amam e não cultivam a virtude da justiça”.

aspectos apresentados na terceira parte da obra, posição essa refletida nas “correções” feitas no livro *Liberalismo político*. Porém, o aspecto mais relevante, na parte final da obra de Rawls, é a tentativa de mostrar que, em uma sociedade bem-ordenada, existe congruência entre a justiça e o bem. Explicita a relação existente entre os planos de vida que escolhemos e o modo pelo qual nossa sociedade é regulada, pelos princípios de justiça.

Segundo Rawls, no enunciado de *Uma teoria da justiça*, o contrato social é considerado como parte da filosofia moral, porém nenhuma diferença é feita entre essa e a filosofia política, não ficando estabelecido, então, nenhuma diferença entre uma concepção exclusivamente política de justiça e uma doutrina moral de justiça; distinção que, agora, se torna fundamental (Rawls, 2000, p.8). Assim, as presentes modificações são o resultado de um esforço para corrigir a análise de estabilidade democrática apresentada na última parte de seu tratado de 1971, de caráter irrealista conforme ele¹⁴, por tratar a teoria da justiça como equidade como uma doutrina mais ou menos abrangente (Rawls, 2000, p. 9). Tal concepção é inaceitável em uma sociedade democrática, caracterizada por uma pluralidade de doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais, resultado normal do exercício livre dos cidadãos em um regime democrático.

Segundo o próprio autor (Rawls, 2000, p. 10)

a existência de uma pluralidade de doutrinas abrangentes incompatíveis entre si – o fato do pluralismo – prova que a ideia de uma sociedade bem ordenada e governada pela teoria da justiça como equidade, no sentido de TJ, não é realista. Ela é incompatível com a própria realização de seus princípios nas melhores condições imagináveis. É por isso que a análise da estabilidade de uma sociedade bem-ordenada que eu propunha na terceira parte de TJ é igualmente irrealista e deve ser reformulada. É esse problema que se encontra no segundo plano dos textos mais recentes, a partir de 1980. A ambiguidade de TJ fica assim resolvida, e a teoria da justiça como equidade é compreendida como uma concepção política da justiça.

¹⁴ Segundo Rawls (1999, p. 23; 1996, p. XVIII), “pode parecer que o objetivo e o teor dessas conferências indicam uma grande mudança em relação aos de *Uma teoria da justiça*. Certamente, como já ressaltai, existem diferenças importantes. Mas, para entender a natureza e a extensão dessas diferenças, é preciso vê-las como fatores decorrentes da tentativa de esclarecer um grave problema interno, próprio da justiça como equidade. Elas decorrem, em outras palavras, do fato de a descrição de estabilidade, na parte III de Teoria, não ser coerente com a visão em sua totalidade. A eliminação dessa incoerência, creio, responde pelas diferenças entre aquela obra e a presente. De resto, as conferências aqui apresentadas acatam substancialmente a mesma estrutura e teor de Teoria”.

Essas mudanças não tratam, portanto, apenas de correções em inconsistências de sua teoria, mas também de uma mudança significativa do ponto de vista do método filosófico utilizado para a construção de uma sociedade plural e estável. Deixam clara a elaboração de uma concepção de justiça política, e não metafísica, abandonando as pretensões que poderiam ser interpretadas como universalistas. Assim, a teoria da justiça como equidade não se apresenta como uma concepção “verdadeira”, mas como base de um acordo político para uma sociedade marcada por diferenças (Rawls, 2000, p. 211).

Dessa forma, Rawls recua de sua ambição universalista de aplicação de seus princípios de justiça, pois isso se tornaria incompatível com o próprio liberalismo. Não é possível chegar a um consenso em uma sociedade liberal, caracterizada pela pluralidade de convicções, sem recorrer à intervenção da força autoritária estatal, o que significaria que essa sociedade deixaria de ser liberal¹⁵. Além do mais, essa marca exigiria a referência a uma concepção “verdadeira” de justiça, configurando-a como uma doutrina abrangente, e não estritamente política.

Assim, para Rawls, o objetivo principal na reformulação configura-se como a tentativa de busca de um consenso que abarque somente os aspectos políticos essenciais da sociedade e que se aplique somente quanto à regulação da estrutura básica da sociedade. Parte-se das convicções historicamente estabelecidas ao longo da tradição democrática, e da nossa própria cultura política, na busca de princípios substantivos de justiça que expressem satisfatoriamente as ideias fundamentais compartilhadas por uma sociedade democrática (Rawls, 1996, p. 35).

Além de enfatizar as diferenças existentes entre a sua concepção de justiça e o sistema de Kant, Rawls também retomou a noção de equilíbrio reflexivo que havia sido esquecida nos debates da época (QUINTANA, 1996. p. 151), confirmando seu distanciamento de uma teoria abstrata. Tudo isso fez com que conseguisse manter os valores tradicionais do liberalismo (tolerância, autonomia individual etc.), ao mesmo tempo em que agregava ideais comunitaristas necessários para a coesão social.

Assim, segundo Quintana (1996. p. 153), a importância de tal mudança reside na

¹⁵ Para Rawls (1999, p. 81; 1996, p. 37), “um entendimento compartilhado e contínuo que tem por objeto uma única doutrina religiosa, filosófica ou moral abrangente só pode ser mantido pelo uso opressivo do poder estatal. Se considerarmos a sociedade política uma comunidade unida pela aceitação de uma única doutrina abrangente, então o uso opressivo do poder estatal faz-se necessário para essa comunhão política”.

conversão de sua *justice as fairness* em uma concepção política de justiça que constitui a essência mesma de sua ideia de liberalismo político, no qual se adentra uma nova concessão ao comunitarismo. Sua implicação é, sem dúvida, o caráter universal que pode projetar o contexto: a concepção de justiça que inspira os regimes constitucionais democráticos tem uma validade universal, enquanto o procedimento de seleção e legitimação dos princípios que regem sua estrutura básica responde a um mecanismo de argumentação válido em todas as latitudes, se bem que cada procedimento está mediado pelas condições particulares de cada situação.

Dessa forma, a mudança principal que Rawls atinge com as ideias desenvolvidas na obra *Liberalismo político*, é a demonstração de que uma sociedade bem-ordenada não pode ter por fundamento crenças morais abrangentes, pois isso seria impossível nas sociedades democráticas atuais, caracterizadas pela pluralidade de concepções religiosas, filosóficas e morais. Ao estruturar seu liberalismo político, mantém as ideias centrais de *Uma teoria da justiça*, sem ignorar o fato do pluralismo razoável, visando fugir de uma posição metafísica que suscitasse acusação de fundamentalismo.

Note-se que Rawls defende a justiça como equidade da acusação de ser uma doutrina abrangente. Pretende que seja uma teoria exclusivamente política, capaz de conjugar o igualitarismo e o individualismo, e de possibilitar a coexistência pacífica de grupos sociais diferentes (OLIVEIRA, 2003. p. 10). É na fórmula de um liberalismo político que Rawls busca encontrar a solução para esse desafio. Já na introdução ao *Liberalismo político* observa que é possível existir, ao longo do tempo, uma sociedade estável e justa, formada por cidadãos livres e iguais, profundamente divididos por doutrinas religiosas, filosóficas e morais diferentes e até incompatíveis, porém razoáveis (Rawls, 1996, p. 4).

A concepção de justiça que Rawls apresenta é política, não metafísica. Trata-se de um esquema normativo de pensamento, livremente aceito, elaborado para a estrutura básica da sociedade, a partir de um fundo compartilhado de ideias básicas (NEDEL, 2000. p. 80). Ela deve ser independente de todas doutrinas compreensivas, não pressupondo nenhuma doutrina particular de maior alcance, e ser elaborada sem levar em conta qualquer autoridade moral. A concepção política de justiça também é uma concepção moral, mas com um objetivo específico: aplicação às instituições políticas, sociais e econômicas (Rawls, 1996, p. 11). Para Rawls, o foco principal dessa concepção é a estrutura básica das instituições e os princípios e critérios que se

aplicarão a ela, bem como a forma como eles serão expressos no caráter e nas atitudes dos cidadãos.¹⁶

A segunda característica da concepção política de justiça é a de que deve ser uma visão auto-sustentada, tendo como traço distintivo a não-dependência da justificação em relação a qualquer doutrina abrangente. A concepção política seria, portanto, um módulo capaz de se encaixar em várias doutrinas abrangentes razoáveis, podendo conquistar o apoio necessário (Rawls, 1996, p. 12). Essa característica faz com que a concepção de justiça se configure em uma concepção razoável sobre a estrutura da sociedade, sem identificar-se exclusivamente com nenhuma forma de pensamento vigente nela (QUINTANA, 1996. p. 152).

Segundo Rawls (Rawls, 1996, p. 13),

uma concepção política de justiça difere de muitas doutrinas morais, pois estas são comumente consideradas visões gerais e abrangentes. O utilitarismo é um exemplo conhecido. O princípio da utilidade – independentemente de como seja entendido- tem sua aplicação, de modo geral, estendida a todos os tipos de objeto, da conduta dos indivíduos e das relações pessoais à organização da sociedade como um todo, bem como ao direito das gentes. Uma concepção política tenta, ao contrário, elaborar uma concepção razoável somente para a estrutura básica e na envolve, na medida do possível, nenhum compromisso mais amplo com qualquer outra doutrina.

Porém, a concepção política de justiça pode afirmar a superioridade de certas formas de caráter e influenciar a prática de virtudes morais, desde que faça isso sem entrar em conflito com outras doutrinas morais, pois uma sociedade democrática tem como traço permanente, justamente, a característica de um pluralismo razoável. Isso se dá também pelo fato de essa concepção não abarcar tudo, nem atender a todas as questões presentes na sociedade, podendo ser complementada por outras virtudes políticas. Uma concepção de justiça que não consiga conquistar o apoio de cidadãos razoáveis que professam doutrinas razoáveis terá fracassado (Rawls, 1996, p. 38).

¹⁶ Nesse contexto, Rawls supõe que a estrutura básica seja a de uma sociedade fechada, auto-suficiente e sem relações com outras sociedades (Rawls, 1999, p. 54; 1996, p. 12): “seus membros só entram nela pelo nascimento e só a deixam pela morte. Isso nos permite falar deles como membros nascidos numa sociedade onde passarão a vida inteira. Que uma sociedade seja fechada é uma abstração considerável, que se justifica apenas porque nos possibilita concentrarmos em certas questões importantes, livres de detalhes que possam nos distrair”.

Devido, justamente, ao fato de que um regime democrático, para ser duradouro e estável, deve impedir divisões e hostilidades entre os cidadãos, garante-se o livre exercício de doutrinas morais. Limita-se, assim, ao âmbito político, para que os cidadãos aceitem a concepção política como razoável do seu ponto de vista. O objetivo, portanto, é articular uma concepção de justiça que possibilite que aqueles que a apóiem, não a vejam confrontada com suas visões abrangentes (Rawls, 1996, p. 44). Dessa maneira, a posição de Rawls configura-se em olhar o pluralismo como um fato dado e irreversível das sociedades democráticas contemporâneas, cabendo encontrar uma resposta determinante para seu objetivo central, que é saber como é possível que cidadãos que professam as mais variadas doutrinas abrangentes possam chegar a um acordo sobre princípios políticos fundamentais.

A concepção política de justiça está complementada também pela concepção política de pessoa, na qual os cidadãos são considerados pessoas morais, livres e iguais. Assim, Rawls mostra-se interessado na ideia de pessoa como alguém que pode ser um cidadão, ou seja, uma fonte de preocupações e reclamações dirigidas às instituições sociais, definindo as suas próprias visões abrangentes e ajustando-as à estrutura básica da sociedade (QUINTANA, 1996. p. 153). Para isso, é necessário que as pessoas possuam a capacidade moral de ter um senso de justiça e a capacidade de ter uma concepção do bem. Além disso, devem ser reconhecidas como portadoras de concepções sobre aquilo que é importante na vida humana.

O objetivo de Rawls é mostrar que os cidadãos devem ser concebidos apenas como livres em três aspectos. Primeiro, concebem a si mesmos e aos outros como indivíduos que têm a faculdade moral de ter uma concepção do bem, implicando a independência entre a sua identidade pública e suas crenças específicas sobre o bem¹⁷. Em segundo lugar, são livres porque são fontes auto-autenticadoras de reivindicações válidas, estando no direito de as fazer a suas instituições de modo a promover suas concepções do bem. Isso é, segundo Rawls, completamente compatível com uma

¹⁷ Desta forma, são vistos pelo autor (RAWLS, 1999, p. 73; 1996, p. 30) “como capazes de rever e mudar essa concepção por motivos razoáveis e racionais, e podem fazê-lo se assim o desejarem. Enquanto pessoas livres, os cidadãos reivindicam o direito de considerar sua própria pessoa independente de – e não identificada com – qualquer concepção específica desse tipo ou de sistema de fins últimos associados a essa concepção. Dada sua capacidade moral de formular, revisar e procurar concretizar racionalmente uma concepção de bem, sua identidade pública de pessoa livre não é afetada por mudanças em sua concepção específica do bem ao longo do tempo. Quando os cidadãos se convertem a uma outra religião, por exemplo, ou não professam mais uma fé religiosa estabelecida, não deixam de ser, em questões de justiça política, as mesmas pessoas de antes. Não há perda alguma do que podemos chamar de sua identidade pública ou institucional, nem de sua identidade em termos de lei fundamental”.

democracia constitucional, pois esses deveres e obrigações, quando não contrariam a concepção pública de justiça, autenticam-se a si próprios (Rawls, 1996, p. 32). E, por fim, são livres por serem capazes de assumir responsabilidades por seus objetivos, afetando a maneira de avaliar e restringir as suas próprias reivindicações frente aos princípios de justiça (Rawls, 1996, p. 33).

Com essas ideias, Rawls procura justificar a concepção política de justiça em uma sociedade democrática. Entende que somente por meio dela será possível a convergência de todas as diferentes doutrinas em consenso sobre a estrutura básica da sociedade, sem que os cidadãos abram mão de suas próprias posições.

4. Conclusão.

Uma sociedade democrática ordenada, na perspectiva de Rawls, será estável, já que sua estrutura básica possibilitará a cooperação social equitativa, ao mesmo tempo que estimulará a realização das potencialidades individuais. Enquanto que o modelo social descrito em *Admirável Mundo Novo* se caracteriza a estabilidade como um mero *modus vivendi*, um compromisso prático entre diferentes interesses conflitantes (com clara influência da filosofia de Hobbes), para Rawls, a estabilidade social deve estar fundamentada na cooperação social e no senso de justiça das pessoas. Somente assim serão desenvolvidos laços emocionais com a sociedade e uma vontade de manter e defendê-la quando sujeita a forças desestabilizadoras.

No modelo criado por Huxley, o equilíbrio de poderes pode se revelar estável por certo tempo, mas não inspira confiança naqueles que são menos favorecidos ou estão em situação precária, nem desenvolve virtudes de solidariedade e respeito mútuo necessários para a coesão social. Isso fica evidente no final dramático para seu personagem principal, que dá um claro exemplo de uma vida individual anulada pela coletividade.

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Coimbra: Atlântida, 1961.
- NEDEL, José. *A teoria ético-política de John Rawls: uma tentativa de integração de liberdade e igualdade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- OLIVEIRA, Nythamar de. *Rawls*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PARIJS, Philippe Van. *O que é uma sociedade justa?: introdução à prática da filosofia política*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PEGORARO, Olinto Antônio. *Ética é justiça*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- QUINTANA, Oscar Mejía. *Justicia y democracia consensual: la teoría neocontratualista em John Rawls*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1996.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
- _____. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RAWLS, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1996.
- _____. *Liberalismo político*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

(Artigo submetido em 29/05/2014 e aceito em 08/07/2014)